

# Meritum

**REVISTA DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FUMEC**

**Estado Democrático de Direito e efetivação de direitos**



**UNIVERSIDADE  
FUMEC**

DE MINAS GERAIS PARA O MUNDO

**REITOR:** Prof. Dr. Eduardo Martins de Lima

**VICE-REITORA:** Profª. Guadalupe Machado Dias

**PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO:** Prof. Cid Gonçalves Filho

**FUNDAÇÃO MINEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**Presidente do Conselho de Curadores:** Prof. Tiago Fantini Magalhães

**Vice-Presidente do Conselho de Curadores:** Prof. Pedro Arthur Victor

**Presidente do Conselho Executivo:** Prof. Mateus José Ferreira

**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E DA SAÚDE**

- **Diretor Geral:** Prof. Antonio Marcos Nohmi
- **Diretor de Ensino:** Prof. João Batista de Mendonça Filho
- **Coordenadora do Curso de Direito:** Profª. Silvana Lourenço Lobo
- **Coordenador do Programa de Mestrado na área de concentração Instituições Sociais, Direito e Democracia:** Profª. Maria Tereza Fonseca Dias

**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E DA SAÚDE – FUMEC**

Rua Cobre, 200, Cruzeiro  
Belo Horizonte/MG – CEP 30310-190  
Tel (31) 3228-3090 – Site: [www.fumec.br](http://www.fumec.br)  
E-mail: [revistameritum@fumec.br](mailto:revistameritum@fumec.br)

**REVISTA MERITUM**

**COORDENAÇÃO EDITORIAL:**

Profª. Fernanda Bomtempo V. G. de Lima Rocha  
Profª. Maria Tereza Fonseca Dias  
Prof. Antônio Carlos Diniz Murta  
Prof. Raphael Frattari Bonito

**LINHA EDITORIAL:**

Estado Democrático de Direito e efetivação de direitos  
Site: [www.fumec.br/revistas/index.php/meritum](http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum)

**TRADUÇÃO:** William Alkmin

**REVISÃO:** Maria de Lourdes Costa (Tucha)

**CAPA, DIAGRAMAÇÃO:** Eduardo Queiroz – Saitec Editoração

**IMPRESSÃO:** Gráfica e Editora O Lutador

Meritum : revista de direito da Universidade FUMEC / Universidade FUMEC,  
Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde. – v. 9, no. 1 (Jan./Jun. 2014)- .  
– Belo Horizonte : Universidade FUMEC, 2006-

v. ; 25 cm

Tema do fascículo: Estado democrático de direito e efetivação de direitos  
Semestral

ISSN 1980-2072

1. Direito. I. Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas,  
Sociais e da Saúde.

CDU: 34

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas,  
Sociais e da Saúde da Universidade FUMEC.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

*Pede-se permuta / We ask for exchange / On demande l'échange / Piedese canje*

## CONSELHO EDITORIAL

Adolfo Ingácio Calderón – Pontificia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas)  
Alexandre L. D. Pereira – Universidad de Coimbra, Portugal  
Antonio Monroy Antón – Universidad de Valladolid, Espanha  
Arno Dal Ri Jr. – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Bárbara Rodríguez Rodríguez – Universidad Francisco de Vitoria, Espanha  
Carlos Arcila Calderón – Universidad de Los Andes, Venezuela  
César Augusto Baldi – Universidad Pablo Olavide (UPO), Sevilha, Espanha  
Daniel Firmato de Almeida Glória – Universidade FUMEC  
David López Jiménez – Universidad Autónoma de Chile, Chile  
Deissy Motta Castaño – Universidad Autónoma, Bogotá, Colômbia  
Dídima Rico Chavarro – Universidad Autónoma, Bogotá, Colômbia  
Emmanuel Isidori – Universidad de Roma, Itália  
Erica Palmerini – Scuola Superiore Sant’Anna (SSSUP), Pisa, Itália  
Fernando Antonio de Carvalho Dantas – Universidade Federal de Goiás (UFG)  
Flávia de Ávila – Universidade Federal de Sergipe (UFS)  
Frederico de Andrade Gabrich – Universidade FUMEC  
Gema Sáez Rodriguez – Universidad Complutense de Madrid, Espanha  
Gladston Gomes Mamede da Silva – Universidade FUMEC  
Guillermo Rocafort Pérez – Universidad Carlos III de Madrid, Espanha  
Haroldo Duclerc Verçosa – Universidade de São Paulo (USP)  
Jan Peter Schmidt – Oxford University, Reino Unido  
Jean-Christophe Merle – Faculdade de Filosofia da Universidade de Saarbrücken, Alemanha  
Jenny Patricia Vargas Portillo – Universidad Autónoma de Chile, Chile  
José Filomeno de Moraes Filho – Universidade de Fortaleza (UNIFOR)  
Joaquim Carlos Salgado – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
Jorge Renato dos Reis – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)  
Kariné Salgado – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
Kennedy Kihangi Bindu – Université Libre des Pays des Grands Lacs (ULPGL), República Democrática do Congo  
Luis Alfonso Álvarez Rodas – Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador  
Manuel David Masseno – Universidade de Porto (UP), Portugal  
Nattan Nisimblat – Universidad del Rosario, Bogotá, Colômbia  
Orlando Parada Vaca – Universidad Gabriel René Moreno de Santa Cruz, Bolívia  
Otavio Luiz Rodrigues Junior – Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB)  
Paula Nunes Correia – Universidade de Macau (UM), Macau, China  
Raymundo Juliano Rego Feitosa – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
Simone Maria Lopes Cançado Diniz – Universidade FUMEC  
Suhey Ayala – Universidad de Guadalajara, CUCEA, México  
Victor Manuel Castillo Girón – Universidad de Guadalajara, CUCEA, México  
Wileidys Artigas Morales – Universidad Rafael Bellosso Chacin, Venezuela

## Indexadores





<b>Editorial</b> .....	9
<i>Coordenação Editorial</i>	
<b>1 A disciplina dos juro no direito brasileiro após o advento do Código Civil de 2002</b> .....	15
<i>Christian Sahb Batista Lopes e Mariana Richter Ribeiro</i>	
<b>2 Ninguém: direito, violência e racialidade</b> .....	67
<i>Denise Ferreira da Silva</i>	
<b>2 No-bodies: law, violence and raciality</b> .....	119
<i>Denise Ferreira da Silva</i>	
<b>3 A participação popular no processo legislativo</b> .....	163
<i>Eduardo Martins de Lima e Renata Gomes Emediato</i>	
<b>4 O fenômeno patológico de aversão à democracia: a crise democrática e a necessidade de educação cívica da população</b> .....	211
<i>Priscila Rainato Zhouri</i>	
<b>5 O projeto de pesquisa e a iniciação científica em direito</b> .....	231
<i>Rafhael Frattari</i>	
<b>6 Constitucionalismo plurinacional e intercultural de transição: Equador e Bolívia</b> .....	265
<i>Raúl Llasag Fernández</i>	
<b>6 Constitucionalismo plurinacional e intercultural de transición: Ecuador y Bolívia</b> .....	295
<i>Raúl Llasag Fernández</i>	
<b>7 A administrabilidade jurídica da vida: desdobramentos biopolíticos da modernidade</b> .....	321
<i>Sandro Luiz Bazzanella e Danielly Borguezan</i>	
<b>8 A interpretação da lei tributária nos direitos francês e brasileiro: estudo de casos</b> .....	341
<i>Sarah Amarante de Mendonça Cohen</i>	
<b>Agradecimentos aos pareceristas <i>ad hoc</i></b> .....	391
<b>Chamada para publicação de artigos para a revista <i>Meritum</i></b> .....	393



# Summary

<b>Editorial</b> .....	9
<i>Coordenação Editorial</i>	
<b>1 The legal regime of interest in Brazilian law after the introduction of the 2002 Civil Code</b> .....	15
<i>Christian Sahb Batista Lopes e Mariana Richter Ribeiro</i>	
<b>2 No-bodies: law, violence and raciality</b> .....	67
<i>Denise Ferreira da Silva</i>	
<b>3 Grassroots participation in the legislative process</b> .....	163
<i>Eduardo Martins de Lima e Renata Gomes Emediato</i>	
<b>4 The pathological phenomenon of aversion to democracy: The democratic crisis and need for civic education</b> .....	211
<i>Priscila Rainato Zhouri</i>	
<b>5 The research project and scientific initiation in Law</b> .....	231
<i>Rafhael Frattari</i>	
<b>6 Transition towards plurinational and intercultural constitutionalism: Ecuador and Bolivia</b> .....	265
<i>Raúl Llasag Fernández</i>	
<b>7 The legal manageability of life: biopolitical ramifications of modernity</b> .....	321
<i>Sandro Luiz Bazzanella e Danielly Borguezan</i>	
<b>8 A case study analysis on the interpretation of Tax Law in the french and brazilian legal systems</b> .....	341
<i>Sarah Amarante de Mendonça Cohen</i>	
<b>Call for papers for the <i>Meritum</i> law journal</b> .....	397
<b>Convocatoria para publicación de artículos para la revista <i>Meritum</i></b> ....	401
<b>Appel à contribution d'articles pour la revue juridique <i>Meritum</i></b> .....	405
<b>Aufruf zur Veröffentlichung von Artikeln in der Zeitschrift „Meritum”</b> .....	409
<b>Bando per la pubblicazione di articoli per la rivista <i>Meritum</i></b> .....	413



A revista *Meritum*, do Curso de Direito da Universidade Fumec, inicia com alto padrão de qualidade seu nono ano de existência. Neste número da *Meritum*, estão reunidos notáveis artigos com diferentes enfoques no âmbito do Estado Democrático de Direito e da efetivação de direitos. Buscando a integração entre os saberes, evidencia-se, mais uma vez, o caráter multidisciplinar necessário ao incremento do Direito e à formação de profissionais qualificados. Entende-se que a produção científica pode ser um instrumento eficaz para a democratização do conhecimento e para o desenvolvimento humanitário.

Preservando a conformação do número anterior, os artigos são apresentados segundo ordenação alfabética dos nomes dos autores. Os artigos estrangeiros são apresentados em versão não traduzida e como originalmente escritos. Todavia, e com a concordância dos autores, as versões traduzidas foram adequadas às diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), trazendo, por conseguinte, diferenças estruturais nos textos. Optou-se, mais uma vez, por adotar esse procedimento com o intuito de manter, respeitosamente, a produção e estilos linguísticos dos autores nos originais, sem ignorar a padronização, as normas da ABNT, assim como a devida composição dos critérios de publicação da revista *Meritum*.

Em *A disciplina dos juro no direito brasileiro após o advento do Código Civil de 2002*, os autores Christian Sahb Batista Lopes, mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e professor nesta Universidade, e Mariana Richter Ribeiro, assistente judiciária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e graduanda em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais,

abordam a temática da disciplina dos juros no direito brasileiro trazendo as premissas conceituais acerca da matéria, delineando a evolução legislativa sobre o tema para tratar da questão da vigência do Decreto n. 22.626/33 (Lei da Usura) e apontando, portanto, qual seria a taxa de juros legais hoje em vigor. Assunto de importância prática para toda a sociedade, o tema é ainda envolto de dúvidas e controvérsias.

Denise Ferreira da Silva, professora e diretora do Centre for Ethics & Politics – Queen Mary, University of London, Inglaterra –, proporciona em seu artigo intitulado *Ninguém: direito, racialidade e violência* (traduzido do original em inglês *No-bodies: law, race and violence*) uma profunda reflexão sobre a administração da justiça (julgamento) e a aplicação da lei (punição) como conversão na força de autopreservação do Estado. Nesse sentido, analisa as ocupações das favelas do Rio de Janeiro, enfatizando como elas, uma vez colocadas como necessárias para a reapropriação desses territórios, constituem um modo de subjugação racial, mais precisamente uma violência racial, em cujo comando se encontra o Estado. O estudo abre espaço para uma reflexão sobre a violência como um tema da teoria política.

No artigo intitulado *A participação popular no processo legislativo*, os coautores Eduardo Martins de Lima, doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em Ciência Política, também pela mesma Universidade, professor titular pesquisador da Universidade Fumec, e Renata Gomes Emediato, bacharel em Direito e psicóloga clínica pela Universidade Fumec, analisam as principais formas de participação popular no processo legislativo brasileiro. O estudo demonstra como se deu a inserção das espécies de participação popular nas Constituições brasileiras desde 1824 a 1988, refletindo sobre os limites de adoção, pelo constitucionalismo brasileiro, do princípio da soberania popular.

Em *O fenômeno patológico de aversão à democracia*: a crise democrática e a necessidade de educação cívica da população, a autora Priscila Rainato Zhouri, especialista em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra, e também especialista em Gestão Jurídica e de Contencioso pela Faculdade Ibmec, discute o fenômeno mundial relacionado à crise da democracia, à aversão que as pessoas sentem quanto à política e à participação na vida política do país. A autora procura demonstrar que o fenômeno suscitado guarda maior relação com o desconhecimento das leis e dos meios de controle político a disposição de quaisquer cidadãos, destacando, portanto, a função da educação no que tange ao preparo de todos para o exercício da cidadania.

Rafhael Frattari, doutor e mestre em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, professor dos cursos de graduação e de mestrado em Direito na Universidade Fumec, apresenta, em seu artigo, *O projeto de pesquisa e a iniciação científica em Direito*, sugestões aos estudantes quanto aos primeiros passos no desenvolvimento de pesquisas no âmbito do Direito. O autor aborda, para tanto, os principais elementos do projeto de pesquisa e seu planejamento. Destaca que a proliferação de espaços destinados à pesquisa jurídica na graduação e o aumento constante do número de alunos na pós-graduação trouxeram a atividade de pesquisa para o centro das discussões sobre o ensino jurídico. Se antes a reflexão sobre a pesquisa jurídica e seu estatuto epistemológico não era comum, ela tornou-se imperativa para os professores e os discentes nas últimas décadas.

No artigo *Constitucionalismo plurinacional e intercultural de transição*: Equador e Bolívia, traduzido do original em espanhol *Constitucionalismo plurinacional e intercultural de transición*: Ecuador y Bolivia, o autor Raúl Llasag Fernández, mestre em

Direito Constitucional pela Universidad Andina Simón Bolívar, com sede no Equador, docente da Universidad Andina Simón Bolívar, Equador, e pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, articula uma reflexão que aponta estar o constitucionalismo plurinacional e intercultural muito além da discussão do novo constitucionalismo latino-americano, fundamentada nas assembleias constituintes democráticas e na distribuição do poder democrático. Argumenta o autor que o constitucionalismo plurinacional e intercultural enfrenta o problema da pluralidade enquanto as democracias liberais resolvem esse problema tornando-o invisível.

Em *A administrabilidade jurídica da vida*: desdobramentos biopolíticos da modernidade, os coautores Sandro Luiz Bazzanella, doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor titular de filosofia da Universidade do Contestado, e Danielly Borguezan, mestranda do Programa em Desenvolvimento Regional na mesma instituição, professora da Universidade do Contestado UnC, desenvolvem estudo no qual demonstram como a vida nas últimas décadas tem sido legislada, controlada, apreendida e categorizada no sistema legal brasileiro. Destacando as acepções do termo *biopolítica*, reflete-se o papel do Estado como razão político-administrativa e jurídica que se estabelece na modernidade, e passa a administrar a vida e a morte dos cidadãos.

Sarah Amarante de Mendonça Cohen, mestre e doutora em Direito Tributário pela Universidade Federal de Minas Gerais, professora de Direito Financeiro e Tributário nas Faculdades Milton Campos e Escola Superior Dom Helder Câmara, docente de pós-graduação nos cursos de Direito de Empresa e Direito Tributário no Centro de Atualização em Direito e assessora Judiciária no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, aborda, em *A interpretação da lei tributária nos direitos francês e brasileiro*:

estudo de casos, a questão da interpretação do Direito Tributário e da “abertura” ou “fechamento” do “tipo” por meio da análise crítica e comparativa de precedentes jurisprudenciais do direito positivo francês e do direito brasileiro. O artigo cujo enfoque é um estudo comparado, evidencia, ainda, as tendências, consistências e inconsistências dessa prática interpretativa dos tribunais, à luz das mencionadas correntes doutrinárias e da própria formulação do direito positivo francês e do brasileiro.

Reafirmando o compromisso com os padrões de qualidade requeridos de uma publicação científica atual, tem-se optado, na *Meritum*, por linha editorial aberta a pensamentos inovadores, transdisciplinares, de forma a contribuir para o aprofundamento da cultura jurídica. Rendemos, pois, agradecimentos a todos os articulistas, membros do Conselho Editorial e pareceristas *ad hoc* que, com esforço e talento, vêm contribuir para esta importante publicação e engrandecer, ainda mais, as letras jurídicas.

Coordenação Editorial

---